



TJDFT

Sindicato leva reivindicações à nova equipe de transição

FERNANDA SILVA



Jailton Assis entrega ofício para a coordenadora de equipe de transição Lídia de Moura

O Sindjus propôs aos novos presidente, vice-presidente e corregedor do TJDFT uma reunião para trabalhar em conjunto vários temas importantes para a administração e os servidores. "É uma extensa lista de assuntos, cuja discussão é fundamental nesse momento de transição", afirmou o diretor do Sindjus Jailton Assis.

A pauta enviada ao TJ é a seguinte:

- movimentação extraordinária;
- redução do custeio do plano de saúde;
- nomeação dos concursados na totalidade dos cargos criados pela Lei de Organização Judiciária do DF para 2012;
- redefinição da portaria que determina um quantitativo máximo de servidores em setores críticos como varas cíveis e de Fazenda;
- pagamento de passivos pendentes

(Quintos, Estágio Probatório e Adicional de Qualificação Temporário);

- aumento da indenização de transporte para os Oficiais de Justiça;
- capacitação e investimento em vestimenta dos Agentes de Segurança;
- jornada de trabalho dos assistentes sociais, em decorrência de aprovação de lei específica.

O diretor espera que as reivindicações sejam bem recebidas pela nova administração: "Para o TJ dar continuidade ao papel de protagonista que desempenha na sociedade precisa investir em seu quadro de servidores. Eles são fundamentais para a prestação jurisdicional e necessitam de um canal permanente de diálogo com a administração, mediado pelo sindicato", explicou.

PRÓXIMA QUARTA • DIA 14

Todos à CFT

No dia 14 haverá a primeira reunião da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). O relator do PL 6613, deputado Policarpo, apresentará requerimento para inclusão do projeto em pauta. Vamos pressionar os parlamentares para a aprovação do nosso reajuste!

Na próxima quarta-feira (14) acontece a primeira reunião da CFT, que está com uma composição totalmente diferente. O deputado Policarpo vai apresentar um requerimento para que nosso PCCR seja incluído na pauta. Se a nossa categoria pressionar, lotando o Plenário com faixas e cartazes, o requerimento tem grande chance de surtir efeito, levando o PL 6613 à votação.

Isso porque a relação entre PT e PMDB, que assumiu agora a presidência da CFT, está bastante desgastada. O assessor parlamentar do Sindjus, Antonio Carlos Queiroz, confirma que há uma crise concreta entre os partidos que pode sim ser aproveitada em favor da aprovação do PL 6613/09. "Além de estarmos em ano eleitoral, essa fissura com o PT tem tudo para levar o PMDB a aprovar o requerimento do deputado Policarpo", afirmou.

"Precisamos agir rápido e aproveitar esse momento. Não podemos nos esquecer que nosso projeto precisa ser aprovado neste primeiro semestre. Por isso, todos os esforços devem estar concentrados agora. Vamos com tudo para cima da CFT na próxima quarta-feira. Temos um encontro a partir das 9h do dia 14 na Câmara dos Deputados pela aprovação do nosso PCCR", destaca o coordenador-geral do Sindjus, Cleo Oliveira.

PARTICIPE!

CNJ regula redistribuição de cargos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou, na semana passada (dia 28), a redistribuição por reciprocidade – transferência de cargos entre os diversos órgãos de um mesmo Poder.

Pela redistribuição, prevista na Lei 8.112, de 1990, o cargo se desvincula totalmente do órgão de origem. Junto com ele se desvincula o servidor que o ocupa; ele passa aos quadros do órgão para onde o cargo foi redistribuído.

“O instituto está previsto em lei, mas a regulamentação se mostrou necessária para que não haja abusos ou desvirtuamento na sua aplicação. A redistribuição pode permitir grandes vantagens em termos administrativos”, afirmou Lucio Munhoz, coordenador do grupo de trabalho que elaborou as novas regras.

A redistribuição é definitiva; não pode ser revogada por conveniência, apenas anulada se não forem observados os requisitos legais. Ela difere da remoção, que é possível apenas no mesmo quadro de pessoal e onde o funcionário continua vinculado ao órgão de origem.

O CNJ estabeleceu uma série de critérios para a redistribuição. Entre eles, o conceito de equivalência remuneratória, “a fim de não obstar que a administração efetue redistribuições por reciprocidade com cargos que dispõem de gratificações específicas em sua estrutura remuneratória, embora integrantes da mesma carreira”.

(FONTE: AGÊNCIA CNJ)



FERNANDA SILVA

PARABÉNS, SERVIDORAS!

Os diretores do Sindjus Ana Paula Cusinato, Clede de Oliveira, Jailton Assis e Sheila Tinoco distribuíram rosas, bombons e cartões em comemoração ao Dia Internacional da Mulher para servidoras de diversos tribunais e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Sindjus pede Movimentação Extraordinária para servidores

O Sindjus entra hoje com um Pedido de Progressão e Movimentação Extraordinária para os novos servidores de todos os órgãos do Judiciário e do Ministério Público. “Com isso vamos atender a uma situação de emergência relativa aos servidores que ainda não chegaram ao final da carreira”, afirmou o coordenador-geral do sindicato, Berilo Leão.

“Diferente das progressões e movimentações ordinárias, as extraordinárias estão previstas nos regulamentos internos dos tribunais”, explicou. “Elas estão garantidas pela Lei 9.421/96, que no seu

artigo 19 diz que cabe ao STF, aos Tribunais Superiores, ao CNJ e ao TJDF baixar os atos regulamentares que a lei prevê”, completou.

Berilo adiantou também que essa é uma das iniciativas que o Sindjus está adotando para promover a unidade da categoria, fundamental para a aprovação do PCCR. “Em outras edições do Plano de Carreira somente com a aprovação da movimentação extraordinária melhoramos a situação daquele novo servidor que se desmotiva diante dos baixos salários dos padrões iniciais”, afirmou o coordenador.